

# Inclusão social e democracia

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO \*

Três anos depois do lançamento do Real, os brasileiros começam a se acostumar com a estabilidade econômica. Isto representa um alívio para todos e um duplo alívio para os mais pobres, que se livraram, ao mesmo tempo, da irritação cotidiana da superinflação e do confisco de renda que ela impunha a quem não contava com alguma moeda indexada para se proteger.

De julho de 1994 até setembro do ano passado, graças à estabilização dos preços, o consumo de alimentos nos supermercados aumentou 86%. Pela primeira vez, pessoas das classes C e D passaram a consumir regularmente proteína animal. As vendas de cimento saltaram de 26 milhões de toneladas, em 1994, para 34 milhões em 1996, impulsionadas basicamente pelo consumo das famílias de baixa renda que estão reformando ou ampliando suas casas. E 13 milhões de brasileiros ultrapassaram o limiar da pobreza absoluta, segundo o Ipea.

Esses dados mostram a superficialidade das críticas que pretendem contrapor ao êxito inegável do Real enquanto plano econômico, uma suposta insensibilidade do governo diante dos problemas sociais do país.

O impacto positivo do Plano Real sobre a distribuição de renda não foi um mero "efeito colateral". Foi a consequência prevista e desejada da estratégia econômica que começou a ser desenhada quando assumi o Ministério da Fazenda, em 1993.

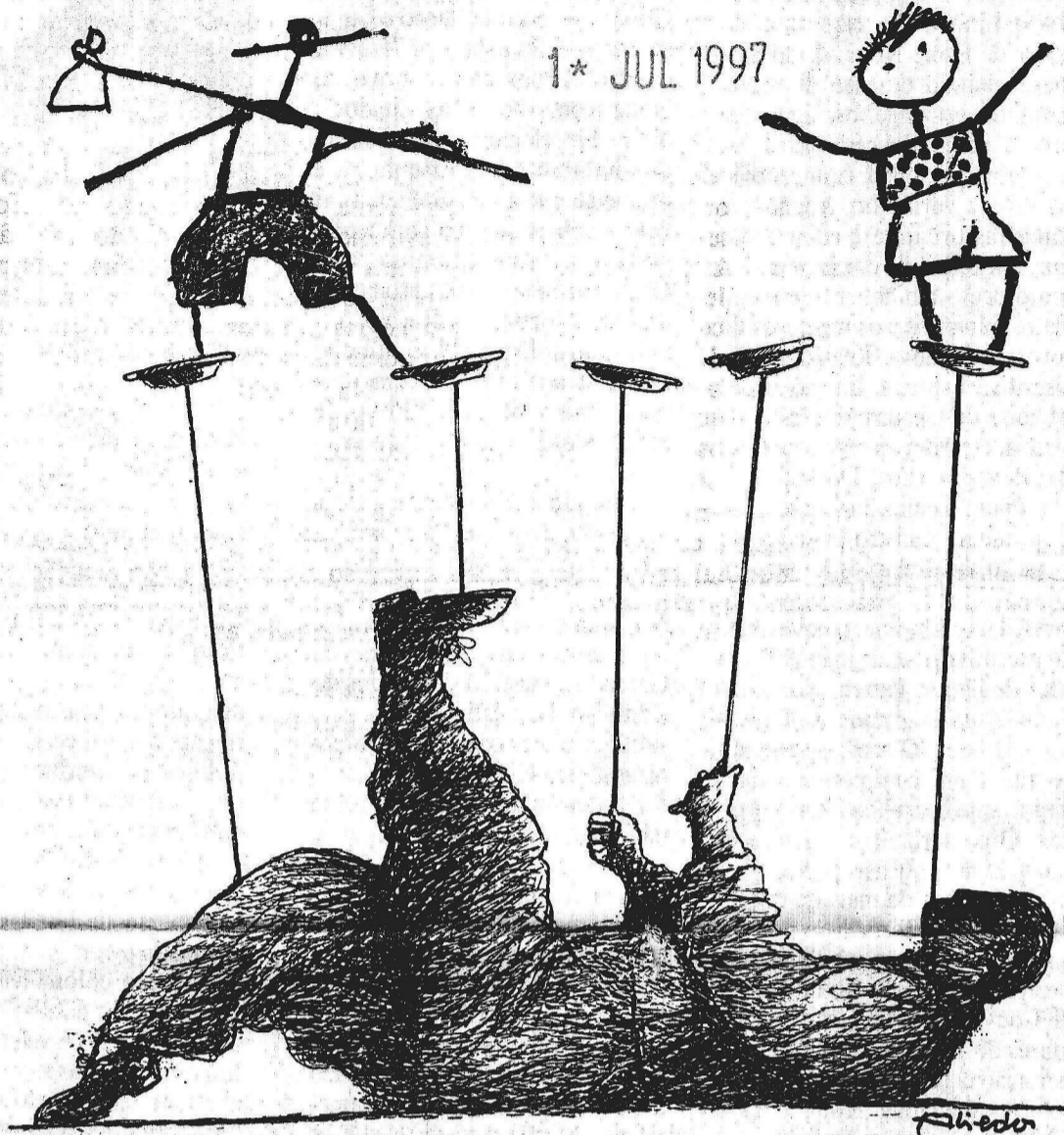
Eu sempre disse que a estabilização não seria um fim em si mesmo, mas o início de um processo destinado a valorizar os salários, melhorar a distribuição de renda e, em última análise, democratizar substantivamente o Estado brasileiro — livrá-lo do jugo dos interesses especiais que sempre o parasitaram e abri-lo à participação e às aspirações da imensa maioria.

Hoje os avanços desse processo não se mostram apenas na melhora dos índices de distribuição de renda e consumo. São visíveis num amplo conjunto de iniciativas do governo, em seus diferentes níveis, e da própria sociedade.

O espaço não comporta um balanço muito amplo. Limito-me a tocar em dois pontos emblemáticos da luta contra a miséria e a injustiça social no Brasil: a redução da mortalidade infantil e a reforma agrária.

A mortalidade infantil vem caindo acentuadamente nas áreas mais pobres do país. Nos 1.476 municípios acompanhados pela Pastoral da Criança, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, registrou-se uma queda de 28% em apenas um ano, do primeiro trimestre de 1995 para o mesmo período de 1996. Isto se explica pelo efeito positivo da estabilização da economia sobre a renda e o consumo dos mais pobres. Mas se deve também, e muito, à ação do governo, através do Programa Comunidade Solidária, dos governos estaduais, das prefeituras e da própria Pastoral, entre outras entidades da sociedade civil, num trabalho em parceria voltado para a prevenção das causas mais comuns da mortalidade infantil.

Outra frente importante nessa luta é o saneamento básico. As doenças transmitidas por água contaminada estão entre



as principais causas da mortalidade infantil. No início do governo, identificamos mais de 1.700 obras de saneamento, muitas delas abandonadas, em 1.323 municípios por todo o país. Todas elas estão sendo concluídas, com financiamento do governo federal. Até o fim do ano que vem vamos zerar — isto mesmo, zerar — o déficit de abastecimento d'água nos domicílios urbanos no Brasil.

Quanto à reforma agrária, em dezembro do ano passado batemos um recorde histórico: 3 milhões de hectares desapropriados em apenas dois anos. As metas de assentamento propostas no início do governo estão sendo cumpridas com folga, dando a certeza de chegar a 280 mil famílias assentadas até 1998 ou até ultrapassar esse número. Também aí o ambiente de estabilidade econômica favorece a busca da justiça social: com o fim da superinflação, a terra perdeu a função de reserva de valor, levando a uma queda acentuada dos preços do hectare em todo o país. Isto viabiliza novas formas de acesso à terra, além do mecanismo tradicional de desapropriação e assentamento. O Banco do Nordeste e o BNDES estão começando a financiar a compra de terras por trabalhadores rurais sem terra e pequenos agricultores que queiram ampliar suas propriedades. Paralelamente, o BNDES vai financiar a implantação de agroindústrias junto aos assentamentos. Centenas de prefeituras estão usando suas próprias terras ou de terceiros para promover assentamentos. Há algumas semanas, assinei uma medida provisória que permitirá ao Incra firmar convênios com os estados para que eles também se incorporem ao mutirão pela reforma agrária.

Isto é mais do que todos os governos anteriores juntos fizeram nessa matéria.

Digo-o com plena consciência do muito que resta por fazer, não só na reforma agrária, mas para abrir realmente as portas da cidadania a milhões de brasileiros excluídos, no campo e nas cidades.

Por isso mesmo, não me perturbam — ao contrário, estimulam — a cobrança e a crítica às ações do governo na área social. É verdade: as carências são enormes, sim, e cada avanço deve ser comemorado, não com triunfalismo, mas como um incentivo para cobrar e avançar mais. Cobrar do governo, em todos os níveis, e de cada segmento da sociedade que tenha alguma capacidade de contribuir para o esforço comum.

A superinflação era uma espécie de febre que ao mesmo tempo denunciava e mascarava as nossas mazelas econômicas e sociais. A estabilização dos preços, ao contrário de anestesiá-la, está levando o Brasil a encarar de frente seus problemas reais.

O desafio é imenso, mas a receita do sucesso no fundo é simples: chama-se democracia. Democracia que não significa apenas eleições, mas participação da sociedade, com descentralização das decisões e prestação de contas dos governantes em todos os níveis. Democracia que não significa apenas, por outro lado, a defesa de direitos, mas também o reconhecimento de deveres, incluindo o dever maior da obediência à lei, que é a garantia do direito de todos.

Tão ou mais importante que a consolidação da estabilidade econômica, a estabilidade política que tivemos nestes três anos, e que continuaremos a ter, marca a consolidação da democracia como o caminho escolhido pelo Brasil para o crescimento com justiça social.